
**AO_____ JUIZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE XXXXXX**

Fulana de tal, brasileiro, solteiro, auxiliado pelo INSS, filho de fulano e fulano, RG nxxxxxxxx XXXX, inscrito no CPF sob o nº xxxxxx, telefone: (61) 9.xxxxxx, residente e domiciliado na QNM xx Conjunto xx Lote xx, -XX, CEP: xxxxxxxx, endereço eletrônico: @gmail.com, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX**, propor a presente

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**

em face de fulano de tal, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxx, com sede na, xxx, Andar xx, xx, xx x xx, , CEP xxxxxxxxxxxx, e-mail desconhecido, pelas razões de fatos e de direito a seguir aduzidas.

I - DOS FATOS

No ano de xxxx foi gravado um vídeo em que este aparece saltando seu olho, interagindo com a pessoa que está gravando. Este

conteúdo foi amplamente visto por usuários da plataforma xxxxx, sendo que esta é de propriedade do requerido.

Todavia, é de suma importância ressaltar que à época do fato o demandante se encontrava em situação de rua, em estado de vulnerabilidade, constantemente sob efeito de álcool, portanto, sem poder de consciência de seus atos.

E ainda, o “efeito olho saltado” que é o ápice do vídeo e o fez ser tornar-se viral, decorre de um problema de saúde do autor, isto é, um grave problema no globo ocular, mal que vem o acometendo desde um grave acidente de trabalho e que por si só já vinha lhe trazendo imensuráveis danos.

Destaca-se ainda que o “sucesso” do vídeo foi tanto que este vem sendo amplamente replicado por outros canais, atingindo milhares de visualizações, fazendo com que o requerente seja gradativamente mais reconhecido pelas ruas, de forma negativa, constantemente sendo alvo de chacotas e brincadeiras que ofendem a sua dignidade como ser humano e, ainda, sua integridade intelectual.

Nesta data, encontram-se em atividade na plataforma de vídeos do requerente, os seguintes conteúdos que utilizem-se indevidamente da imagem do autor:

“”, com x visualizações, postado no dia de mês de xxxx, sob o link:

“”, com xxxx visualizações, postado no dia dia de mês de xxxx, sob o link:

“”, com xxxx visualizações, postado no dia dia de mês de xxxx, sob o link:

“”, com xxxx visualizações, postado no dia xx de mês de xxx, sob o link:

“”, com xxx visualizações, postado em dia de mês de xxxx, sob o link:

“”, com xxx visualizações, postado em xx de mês, sob o link:

Portanto, totalizando mais de meio milhão de visualizações, acarretando irreparáveis danos ao dia a dia do requerente.

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O artigo 3º incisos II e VI da lei nº 12.965 de 2014 estabelece os princípios de responsabilidade dos agentes de acordo com suas atividades e proteção de privacidade.

Desta forma, resta evidente a violação da privacidade do requerente, visto que foi exposto de forma vexatória e sem seu consentimento, explorando seu grave problema físico, bem como sua condição de vulnerabilidade.

Conforme demonstrado, os conteúdos audiovisuais expostos na plataforma do requerido ofenderam a honra e a imagem do requerente.

III - DA TUTELA DE URGÊNCIA

A probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo dos bens jurídicos envolvidos tornam premente **a concessão da tutela de urgência**, com fundamento no artigo 300 do CPC:

Art. 300 - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

§ 1º - Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§2º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo da irreversibilidade dos efeitos da decisão.

A alegação da probabilidade do direito violado está configurada nos *prints* da publicação da página que demonstram o constrangimento sofrido pelos requerentes em razão dos comentários ofensivos.

Por outro lado, é manifesto o perigo de dano ou resultado útil ao processo, eis que a publicação continua pública, portanto, qualquer usuário pode visualizar e até mesmo comentar sobre os comentários ofensivos.

Presentes, assim, os pressupostos descritos no art. 300 do Código de Processo Civil, torna-se medida de rigor a concessão da tutela de urgência pleiteada a fim de evitar o perecimento do direito dos autores.

IV - OS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) os benefícios da Justiça Gratuita por serem os autores juridicamente hipossuficiente, nos termos do art.98 do CPC, conforme declaração em anexo (doc. 01 e 02);

b) seja concedida a tutela de urgência, **inaudita altera partes**, para:

b1) condenar a ré fornecer os dados cadastrais dos usuários “

b2) condenar a ré a bloquear a página denominada “” ou, se diverso for o entendimento de V. Exa. a excluir as publicações referentes aos autores, sob pena de multa diária de R\$ xxxxxxxx

c) a **citação** da Ré, para que compareça à audiência de conciliação e, restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

d) a inversão do ônus da prova, haja vista serem as partes autoras hipossuficientes, tanto econômica como tecnicamente;

e) a procedência dos pedidos para confirmar os pedidos de letras xx e xx em seus exatos termos, sob pena de multa diária de R\$ xxxxx (xxxxxxxxx);

f) a condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes a serem revertidos ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF, na forma da Lei Complementar Distrital n. 744/2007, deverão ser depositados no banco de Brasília S.A - BRB, código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Protesta provar o alegado, por todos os meios de provas admitidas em direito, notadamente, pela juntada de documentos ora realizada.

Dá à causa o valor de R\$xxxxxxx (xxxxxx).

XXXX, xx de mês de xxxx.

Fulano de tal
AUTOR

Fulano de tal

FULANO DE TAL